

# Uma pequena revisão historiográfica sobre o Partido dos Trabalhadores e um objeto de pesquisa em pauta: o parlamentar como ator político e partidário

A small historiographical review of the Workers' Party  
and an object of research on the agenda:  
the parliamentarian as a political and partisan actor

*Glauber Eduardo Ribeiro Cruz\**

**RESUMO:** O texto tem o objetivo de revisar a historiografia do Partido dos Trabalhadores ressaltando as diferentes visões já estudadas e o objeto de pesquisa omissivo, o parlamentar. Por meio das escolhas em cada tempo histórico ficou compreendido que os deputados federais e os senadores não tiveram importância nas análises realizadas. Com isso, ressaltamos três estudos envolvendo diretamente os congressistas petistas, as fontes partidárias como foco na função do parlamentar para o partido e como estes atuaram em três momentos distintos da história política do Brasil entre os anos de 1980 e 2000. O texto visa colocar o parlamentar como sujeito importante na política partidária e institucional no cenário brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Partido dos Trabalhadores, historiografia, parlamentar.

**ABSTRACT:** The text aims to review the historiography of the Workers' Party highlighting the different views already studied and the object of research, omission, the parliamentarian. By means of the choices in each historical time it was understood that the federal deputies and the senators did not have importance in the realized analyzes. Thus, we highlight three studies involving directly the PT congressmen, the party sources as a focus on the function of the parliamentarian for the party and how they worked in three distinct moments of the political history of Brazil between the years of 1980 and 2000. The text aims to place the parliamentarian as an important subject in party and institutional politics in the Brazilian scenario.

**KEYWORDS:** Workers' Party, historiography, parliamentary.

## **Introdução: a revisão historiográfica sobre o Partido dos Trabalhadores**

Os últimos 15 anos de vida política no Brasil trouxe a tona um ator público importante para a definição de projetos e de leis de impacto direto na sociedade brasileira. O parlamentar, principalmente, a nível nacional tem sido denominado cotidianamente pelos veículos de comunicação ou pelos cidadãos como corruptos e ladrões. O texto tem o objetivo de revisar a historiografia sobre os partidos políticos

---

\* Docente do Estado de Minas Gerais. Mestre em História, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). [glauberduardoribeirocruz@gmail.com](mailto:glauberduardoribeirocruz@gmail.com).

e sobre o Partido dos Trabalhadores para compreender como o parlamentar foi analisado pelos estudiosos, identificar o parlamentar como sujeito político relevante para o PT por meio das suas resoluções partidárias e, por fim analisar como o PT e seus parlamentares atuaram politicamente entre os anos de 1980 e 2006. Assim, pretendemos não cair no abismo do senso comum ou embarcar nas águas insanas da mídia nacional e, simultaneamente, valorizar o parlamentar como objeto de pesquisa que merece ser historicamente compreendido.

Os estudos sobre os partidos políticos no Brasil têm sido realizados há tempos e com propostas teórica e temática diversificadas. Tentar classificá-los seria ingenuidade diante da quantidade de trabalhos e das tentativas já realizadas.

De modo geral, nas análises feitas sobre as instituições partidárias podemos verificar as seguintes premissas: União Democrática Nacional e o antipopulismo, Octávio Dulci (1986), União Democrática Nacional no período democrático, Maria Victória de Mesquita Benevides (1981), o trabalhismo na prática dos partidários, militantes e simpatizantes, Jorge Ferreira (2007), o sistema partidário brasileiro e o Partido Social Democrático, Lúcia Hippólito (1984), a função institucional do Movimento Democrático Brasileiro, Rodrigo Patto Sá Motta (1997), a função institucional da Aliança Renovadora Nacional, Lúcia Grinberg (2009), a identidade e a memória do Partido Comunista Brasileiro, Dulce Pandolfi (1995), a reforma neoliberal nos anos 1990 e o Partido da Social Democracia Brasileira, André Pereira Guiot (2006) e a trajetória no sistema político brasileiro do Partido da Frente Liberal, Gabriela da Silva Tarouco (1999).

Os estudos sobre o Partido dos Trabalhadores também mostram uma variedade temporal e temática. Por isso, a seguir propomos uma pequena revisão historiográfica dos escritos sobre o partido para o exame das fontes já utilizadas nas pesquisas.

Os anos de formação do partido sob o viés político-organizacional foram estudados por Rachel Meneguello (1989) e Margareth Keck (1991). As autoras analisaram a interação do partido, considerado um fato novo, com o movimento operário autônomo, principalmente no estado de São Paulo, mostrando o PT como

diferenciado por manter a fidelidade na representação dos interesses dos trabalhadores e por concretizar a “revinculação entre demandas sociais e as instituições políticas” (MENEGUELLO, 1989, p. 104).

O movimento sindical foi estudado por Isabel Oliveira (1987), com o foco no discurso de suas lideranças como motivação para ação do operariado. A autora identificou como as lideranças tinham um duplo discurso diante dos trabalhadores: externamente mostrava-os conscientes e maduros diante das greves, da proposta de reformular as leis trabalhistas e dos salários, e internamente estava preocupada com a conscientização e falta de identidade e de conhecimento do operariado.

As esquerdas por diferentes ângulos foram analisadas por Juarez Guimarães (1990) e Márcia Regina Berbel (1991). O PT foi estudado dentro da perspectiva do movimento socialista, por meio do método comparativo e da totalidade por Juarez Guimarães (1990). Os seguintes temas foram delimitados para a comparação entre o PT, a I e II Internacional e o Partido Social-Democrata Alemão e o Partido Socialista Italiano: a economia e a sociedade, a institucionalidade e os partidos burgueses, a ideologia e o programa, a relação entre os partidos e os sindicatos, a organização e a democracia partidárias e a dinâmica e a correlação das tendências. Na perspectiva do autor, a similaridade entre o partido e a I Internacional aconteceu por meio do sentido clássico de partido de classe, do nascimento de classe que adquire consciência dos seus interesses e entre o partido, sendo que a II Internacional refletiu os anseios de representação, participação e emancipação do proletariado.

Por meio do método comparativo, não há uma tradição socialista homogênea, sendo atravessada pelo dissenso entre integração à ordem de forma plena (aspecto social), ativa (aspecto institucional) ou passiva (aspecto ideológico). No caso do PT, a integração seria passiva, pois o partido teria tido dificuldades para ultrapassar os marcos do “Estado burguês”, diluído sua feição socialista, se adaptando às pressões de institucionalização e bloqueando o potencial transformador dos trabalhadores. O termo ‘passivo’ serviria “apenas para qualificar, para além da ideologia petista, os limites, as insuficiências destas ‘rupturas’,

insuficientes em sua soma e projeção para gerar uma transformação qualitativa da ordem capitalista” (GUIMARÃES, 1990, p. 99).

Berbel (1991) analisou as diferentes tradições do pensamento político de esquerda e identificou o PT como integrante da tradição e da ruptura esquerdista. Sindicalistas, intelectuais, alguns representantes autênticos do MDB, os setores da Igreja Católica e a esquerda clandestina no regime militar criaram vínculos com a sociedade, formando a base para o Partido dos Trabalhadores. A relação entre o PT e a sociedade, por meio das bases sociais, colocou o partido dentro da crise da trajetória da esquerda brasileira, pois “decidir por uma estratégia significaria excluir outras tantas e o partido optava por abrigar todas elas” (BERBEL, 1991, p. 137).

A perspectiva de análise conceitual do partido foi proposta por Marco Antônio Brandão (2003), Paulo Henrique Martinez (2007), Mauro Luis Iasi (2006). Brandão (2003) iniciou sua reflexão em torno do conceito de socialismo democrático na história partidária entre 1979 e 1994. Na fundação (1979-1983) do PT, o partido o relacionou por meio da luta pela democratização da sociedade com as lutas dos movimentos sociais; no ‘acúmulo de forças’ (1984-1989), a relação delimitou as bases de intervenção na sociedade para construir o socialismo por meio do movimento social, da aliança com a pequena burguesia, da combinação entre reforma e revolução; na batalha (1990-1994), a relação aconteceu para a conquista da hegemonia dos trabalhadores.

Entre 1990 e 1994, com o fim do socialismo do leste europeu, o partido criticou os governos socialistas por falta de democracia, o que seria o valor para o futuro do socialismo. O autor, ao realizar um balanço do socialismo democrático do PT, confirmou o esquecimento do conceito pelo partido, que se deixou levar pela realidade política do país, e “ao mesmo tempo (desde a barreira representada pelas tênues diferenças de votos de 1989 que o partido não conseguiu transpor), consolidou-se cada vez mais como uma utopia” (BRANDÃO, 2003, p. 185-186).

A consciência de classe foi analisada por Mauro Luis Iasi como conceito na trajetória do PT. Para o autor, o surgimento do partido entre os anos de 1979 e 1986, mostrou a manifestação autêntica das classes trabalhadoras por meio das lutas

sociais e da luta operária e sindical. No 5º Encontro Nacional, no ano de 1987, teria iniciado uma inflexão na luta de classes, com o setor majoritário do partido propondo a aliança com a pequena e a média burguesia e se aproximando da perspectiva de revolução permanente em etapas do PCB. A inflexão moderada continuou com o 7º Encontro Nacional no ano de 1990, produzindo o distanciamento entre as bases e a direção do partido, construindo os modelos sociais, militantes e partidários, tendo uma profusão de palavras do ideário liberal. Na perspectiva de Iasi, houve uma “ausência de uma reflexão um pouco mais aprofundada da relação entre certa ordem de produção fundada no capital e as formas institucionais e políticas que lhe correspondem” (IASI, 2006, p. 457).

Iasi (2006) argumentou que no I Congresso o PT definiu o caminho e o eixo central da estratégia socialista: disputa de hegemonia e democracia, abrindo um campo abstrato de valores e juízos éticos e colocando instrumentos do “Estado burguês” a serviço dos trabalhadores. No 10º, no 11º e no 12º Encontros Nacionais, entre os anos de 1995 e 2001, o partido teve como objetivo ser um movimento de resistência ao neoliberalismo, substituindo o caráter socialista pelo projeto nacional de desenvolvimento. O nacional para o Partido dos Trabalhadores contemplaria o novo pacto entre os trabalhadores, o capital produtivo, o grande capital, os pequenos e os médios empresários e as milhares de pessoas excluídas, não sobrando inimigos e tendo como objetivo unificar a nação. Assim, o PT garantiu os interesses da burguesia a partir de 2002, completando uma experiência da classe trabalhadora, mantendo o modelo neoliberal e se acomodando a ordem “que se operava no ser mesmo da classe no interior destas relações por meio da reestruturação produtiva e o momento geral de defensiva na dinâmica da luta de classes” (IASI, 2006, p. 535).

Paulo Henrique Martinez (2007), por meio do conceito de conquista do estado e dos fatos, dos projetos políticos, da atuação e da inserção na vida nacional, distinguiu a vida partidária do PT nos anos 1980 e nos anos de 1990. Para o autor, na década de 1980, a atuação do partido buscou conduzir o governo e a direção do Estado, se opondo ao regime militar, ao Colégio Eleitoral e ao governo da Nova República. O PT tentou a aproximação com a sociedade na campanha das Diretas Já!

e na Assembleia Nacional Constituinte. Na década de 1990, o partido teria como estratégia a conquista do governo federal com mudanças estruturais, a oposição ao neoliberalismo, a revolução democrática, o acúmulo de forças e o projeto alternativo de desenvolvimento. O Partido dos Trabalhadores conseguiu benefícios para aos segmentos sociais por meio da institucionalidade estatal e a participação na ordem política estabelecida teria se dado, precisamente, “em nome de reformas e da busca de uma nova ordem nacional e também internacional” (MARTINEZ, 2007, p. 273).

A perspectiva do poder local foi examinada por João Bosco Araújo da Costa (1998), tendo como ponto de partida a relação entre o comando dos governos locais e regionais e os dirigentes partidários, para analisar cada fase partidária com redimensionamentos, reelaborações e ressignificações do vocabulário político. Para o autor, o novo sindicalismo, os movimentos sociais, os movimentos do campo, as organizações marxistas-leninistas, os intelectuais e os movimentos pela diferença perceberam o caráter negativo do espaço local entre os anos de 1982 e 1988. A partir de 1988, as forças constituintes do PT compreenderam o poder local como portador da virtualidade democrática, incluindo a sociedade por meio dos conselhos populares e dos orçamentos participativos.

Os programas de governo apresentados pelo partido para as eleições de 1989, 1994 e 1998 foram analisados por Oswaldo Amaral (2003), sob a perspectiva da mudança: em 1989, por meio do encadeamento processual da história do país, o partido colocou-se como força transformadora e estaria capacitado para lutar contra a exclusão social, a dívida externa e a apropriação fundiária no Brasil, provocados pelas elites conservadoras, como uma opção à esquerda com um programa para governar, sem detalhar propostas específicas. Em 1994, o programa mostrou um conjunto de reformas sociais, dirigidas por Luís Inácio Lula da Silva, como opção de esquerda, oposição ao projeto neoliberal e propostas genéricas em torno de democratização, de desprivatização, de políticas de renda, de reforma agrária, de salários e de garantia de renda mínima, com a perspectiva socialista aparecendo timidamente. Em 1998, o programa incluiu os projetos executados nos governos municipais e estaduais, foi generalista e a superficial nas propostas econômicas

relacionadas às reformas tributária e fiscal e foi similar as propostas governista do PSDB relativa à política industrial, comércio exterior, desemprego, crédito, qualificação de mão-de-obra e investimentos. “A ausência de propostas realmente transformadoras acabou por reforçar a ideia de que o governo estava no caminho certo apesar das inúmeras dificuldades existentes” (AMARAL, 2003, p. 151).

Para Osvaldo Amaral (2003), as diferenças existentes entre os programas de governo do PT e do PSDB seriam relacionadas a função do Estado. O Partido dos Trabalhadores defenderia o Estado como ator direto na promoção do desenvolvimento econômico e o Partido da Social-Democracia Brasileira colocaria o Estado como regulador e indutor do desenvolvimento econômico, não restringindo o desenvolvimento a função estatal. Assim, “essas diferenças não são ressaltadas ou melhor explicitadas, sendo privilegiados os objetivos e metas, o que fez com que o programa econômico petista aparecesse como uma lista de intenções”. (AMARAL, 2003, p. 150).

As campanhas eleitorais de 1989 e 2002 do partido foram examinadas por Pedro José Floriano Ribeiro (2004B) visando apreender a atitude do PT em relação ao sistema político, por meio dos seguintes critérios: profissionalização dos participantes, marketing, centralidade dos meios eletrônicos, personalização do candidato e uso do apelo sedutor-emotivo. Para o autor, as diferenças entre as campanhas de 1989 e 2002 com a modernização, a revisão de posturas e o deslocamento para o centro político, por meio de interesses, dos atores, das estratégias e dos acontecimentos, foram vitais para o PT “relegitimar” o sistema político nacional.

O abandono da postura de partido anti-sistema tornou possível a migração do Partido rumo ao centro do aspecto político nacional, na medida em que o partido deixava gradualmente de tomar atitudes deslegitimadoras do regime político brasileiro e de exercer uma oposição irresponsável – no sentido sartoriano do termo – ao mesmo tempo em que cultivava uma clara separação entre ideologia partidária e jogo eleitoral (RIBEIRO, 2004B, p. 125).

Em relação às tendências internas do PT: a Articulação e a Democracia Radical foram examinadas por Eurelino Coelho (2005), em função da profunda reviravolta teórica e programática, e da crise do marxismo e dos marxistas em crise, sob a perspectiva da totalidade. No primeiro momento, os projetos políticos foram estruturados em elementos marxistas: a Articulação até 1989 e Partido Revolucionário Comunista (PRC) até 1987. A Articulação foi a principal responsável por rejeitar a inclusão nos documentos programáticos do PT, de afirmações explícitas de filiação do partido ao marxismo. Organizou-se em 1983 com militantes cujas trajetórias se cruzaram na mobilização dos trabalhadores e nas greves em fins dos anos 1970, saindo vitoriosa na disputa pela hegemonia no interior da nova organização, por meio do número de militantes, do peso da figura de Lula e do grupo de sindicalistas. A tática da Articulação para ter o poder interno do PT foi incorporar os aspectos parciais das correntes internas do partido, exigir a fidelidade partidária e colocar-se na “defesa do PT autêntico contra a interferência de forças políticas estranhas” (COELHO, 2005, p. 71). Os projetos da Articulação na década de 1980 envolviam o boicote ao Colégio Eleitoral, se a emenda Dante de Oliveira fosse derrotada no Congresso, era preciso perseverar na campanha pelas diretas; ser oposição à Nova República; constituir uma aliança de forças na Assembleia Nacional Constituinte, e construir um consenso em torno das suas definições.

A outra tendência examinada por Coelho (2005) foi o Partido Revolucionário Comunista (PRC) que de acordo com o autor, não teve início dentro do PT. Teria sido formado em 1984 por ex-militantes do PC do B e grupos políticos regionais, com motivação para continuar a luta dos comunistas brasileiros. Dentro do PT seriam inspirados pelo pensamento de Lênin, com o foco nas tarefas políticas da direção para construir a vanguarda da classe operária, por meio da luta pela hegemonia no interior do Partido dos Trabalhadores e combatendo o grupo hegemônico que “representava um obstáculo à definição de uma orientação marxista para o partido” (COELHO, 2005, p. 101). Contudo, o PRC tinha um problema no núcleo da concepção política: a relação orgânica com as classes subalternas era insuficiente, a construção partidária não produzia os resultados previstos e não tinha sustentação



financeira, por isso restringiu a atuação política na atividade editorial e nos mandatos institucionais.

Coelho (2005) mostrou que o abandono do marxismo pelas tendências não foi uma decorrência inevitável, teria ocorrido por causa de interesses e de uma outra visão de mundo que passou a conferir novo sentido aos dirigentes. A mudança do deslocamento da práxis da esquerda ao bloco dominante ocorreu por meio da burocratização, da adesão ao liberalismo e ao pós-modernismo, da rendição ao presente e ao futuro, em um projeto restauracionista, em que “o compromisso da esquerda com o presente é, na verdade, um compromisso com a ordem que domina o presente, a ordem do capital, que ela propõe modificar e ‘humanizar’, mas não abolir” (COELHO, 2005, p. 499).

De modo geral, nas análises acima verificamos as seguintes premissas: a priorização do sindicalismo surgido na década de 1970 como argumento para a origem e para a formação do partido, Meneguello (1989) e Keck (1991); a existência no discurso das lideranças dos sindicalistas de debates diferenciados sobre a classe trabalhadora, Oliveira (1987); a existência de uma continuidade do PT como parte da esquerda política desde o fim do século XIX e começo do século XX com Guimarães (1990) e do século XX com Berbel (1991); o exame do PT por meio de conceitos como socialismo democrático, Brandão (2003), consciência de classe, Iasi (2006) e conquista do Estado, Martinez (2007); a perspectiva do estudo sobre o poder local com Costa (1998); a perspectiva da mudança, da moderação ou da transformação nos programas de governos por Amaral (2003), nas campanhas eleitorais por Ribeiro (2004B) e nas tendências internas por Coelho (2005).

Sob diferentes perspectivas, os autores construíram análises sobre as continuidades e as mudanças no PT, as características internas e externas em relação à sociedade e a esquerda brasileira e os conceitos teóricos e políticos. Mas poucos se dispuseram a examinar o partido sob a ótica dos seus parlamentares, havendo lacunas sobre a atuação congressual e a relação entre a estrutura partidária e o mandato parlamentar. Os trabalhos de Ana Lúcia Aguiar Melo (1998), Paulo Roberto

Figueira Leal (2005), e Sônia Ranincheski, Nathália Cordeiro (2008) estão entre os poucos que têm como foco os deputados federais.

### **O parlamentar: um objeto em pauta**

Ana Lúcia Aguiar Melo (1998) analisou a trajetória da elite petista na Câmara dos Deputados, a relação entre os parlamentares federais e as tendências internas, e a nova concepção de partido. Para a autora, os deputados federais petistas entre 1995 e 1998 atuavam no Parlamento nacional preocupados com a “consolidação como representante de estratos sociais organizados e dos desassistidos, imprimindo assim uma visão mais abrangente de democracia” (MELO, 1998, p. 49). Melo (1998), ao analisar biografias, questionários, realizar entrevistas construiu o seguinte perfil da elite parlamentar petista na legislatura 1995-1998: plural, participante do sindicalismo e dos movimentos sociais e populares, constituída de ampla base social, que possuía confiança na representação orgânica, a qual, por sua vez, diminuiria a tensão partidária interna.

Para a autora, os projetos políticos dos deputados federais em políticas públicas ressaltaram a necessidade do exercício pleno da cidadania, das minorias, da criança, da reforma agrária e da questão étnica. As responsabilidades cumpridas como partido de oposição, a consolidação da democracia na defesa da igualdade política e econômica e a distância do jogo político interno pelos parlamentares do PT são as características do crescimento institucional partidário e “esta intermediação lhe confere um novo papel na arena política, pois o faz reconhecido dos outros partidos e o coloca presente nas decisões e relações de poder” (MELO, 1998, p. 58).

Eles procuram atender aos anseios de sua base eleitoral, que é muito mais ampla que a tendência e ainda primam pela representação dos cidadãos, condição exemplar na bancada petista, isso comprovada pelos projetos de lei os quais são encaminhados pela bancada, que atendem indiscriminadamente a representação do cidadão brasileiro (MELO, 1998, p. 58-59).

A necessidade de compreensão dos valores e da atuação da bancada petista<sup>1</sup> na Câmara dos Deputados entre 1999-2002 foi a motivação do estudo de Paulo Roberto Figueira Leal (2005). O autor teve como objeto de análise cada deputado federal isoladamente, suas escolhas e posições hegemônicas como “ajudam a construir um projeto coletivo como o PT (ajustando-se às suas estruturas) e tentam satisfazer seus projetos pessoais – o que inclui, primordialmente, o desejo de reeleição ou de crescimento na carreira” (LEAL, 2005, p. 25). Os deputados federais petistas teriam mostrado como ocorria a vida legislativa com o mandato partidário, a necessidade da fidelidade partidária, da adequada interferência do partido, da frequência das reuniões, dos esforços para as eleições, da valorização e do atendimento às bases e do movimento social.

A relação entre o mandato, a individualidade parlamentar e as concepções hegemônicas do partido teriam sido importantes para a dedicação do trabalho dos deputados federais no atendimento dos movimentos sociais e das bases, com atenção e tempo às demandas.

A bancada vê como legítimo o recurso ao fechamento de questão em assuntos que não sejam de foro íntimo. A concepção de que os mandatos parlamentares devem ser de tipo delegado-imperativo (e não de tipo livre-virtual) é amplamente hegemônica. Enfatiza-se com frequência a admissibilidade de que outros atores – bases e partido, por exemplo – interfiram nas decisões tomadas pelos parlamentares em suas atividades legislativas (LEAL, 2005, p. 76).

Sônia Ranincheski e Nathália Cordeiro (2008) analisaram nos discursos dos deputados federais do PT e do PSDB, as perspectivas de democracia proferidas em plenário nos anos de 1998, 1999, 2002 e 2003. As autoras identificaram a existência de duas democracias: 1 - a participativa, com participação política efetiva, o pluralismo, a soberania popular, o governo do povo, os movimentos sociais, a igualdade substantiva e material, a discussão pública, a virtude cívica, o respeito às minorias, a busca do bem comum e do amplo consenso social, o interesse geral e a transparência; e 2 - a processual, com a valorização dos aspectos institucionais, a concorrência eleitoral, a alternância no poder, a representação, o respeito às leis, os

direitos e liberdades individuais, a igualdade perante a lei, e o equilíbrio entre poderes.

Por meio de 181 discursos, 108 do PSDB e 73 do PT, Ranincheski e Cordeiro (2008) mostraram que há um maior número de discursos sobre democracia nos anos pós-eleitorais, a exemplo de 1999 e 2003, por causa da entrada e saída de parlamentares, a defesa do recurso à democracia se torna “um meio de legitimação” (RANINCHESKI, CORDEIRO, 2008, p. 226). Os deputados que mais proferiram discursos foram: Arthur Virgílio, Aécio Neves, José Genoíno, Chico Alencar e Paulo Delgado. Os petistas conciliaram a democracia formal e a participativa como etapas inconclusas, e os deputados do PSDB priorizaram o jogo político-eleitoral como argumento democrático.

Nos anos em que não era governo, nos discursos sobre democracia, há a crítica ao modelo econômico implementado pelo Executivo e uma maior ênfase à democracia substancial. Nos anos em que o PT é governo, nos discursos sobre democracia, encontra-se o tema da herança maldita e a defesa processual da democracia (RANINCHESKI, CORDEIRO, 2008, p. 238-239).

Melo (1998) analisou nos deputados federais do PT na Câmara, a existência de um perfil parlamentar, com a presença das tendências internas e a existência de projetos e políticas públicas com foco para o cidadão brasileiro. Leal (2005) examinou a atuação da bancada petista com a direção partidária e com as suas bases, e Ranincheski e Cordeiro (2008), por meio dos discursos sobre democracia entre os deputados federais do PSDB e do PT, afirmaram que os petistas têm uma concepção conciliadora entre a democracia formal e a participativa.

Assim, nossa contribuição para o estudo do Partido dos Trabalhadores pretende analisar a atuação dos deputados federais e senadores por meio dos discursos proferidos no Congresso Nacional, perpassando vinte e quatro anos de história política brasileira. Interpretar a dedicação e o foco dos discursos dos deputados federais e dos senadores diante de temas relativos aos trabalhadores, aos cidadãos e à sociedade brasileira será o nosso principal objetivo e nosso diferencial

em relação aos trabalhos analisados. Os deputados federais e senadores estão localizados em um lugar de intervenção, de expansão da experiência, de aquisição de poder e de atuação política para o reconhecimento da sociedade, como atores capacitados a modificar a vida nacional.<sup>2</sup> Assim, os parlamentares petistas criam a própria visão de mundo, os costumes e as expectativas, aprendendo o comportamento esperado pelo partido diante do seu representante na Câmara dos Deputados e no Senado, estando, eles mesmos, incluídos dentro das regras partidárias.

Neste ponto, as principais fontes para a análise dos parlamentares são os discursos proferidos no Congresso Nacional.<sup>3</sup> Os Diários do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal são organizados para que o acesso aos discursos seja feito por meio das categorias cronológicas de ano, mês e dia.

Os anais, como o próprio nome diz, procuram relatar uma história ou narração organizada ano a ano, podendo consistir em um registro de fatos históricos ou pessoais. No caso, as publicações do Congresso Nacional possuem um caráter histórico por excelência, pretendendo registrar a atuação do Legislativo de maneira bastante detalhada. A análise das sessões parlamentares mostra os políticos em atividade, podendo-se observar os temas discutidos e votados, as homenagens e denúncias, as efemérides sempre presentes, as tomadas de posição dos governistas frente ao Executivo, a ausência de votações-chave (...). Quem pesquisa os anais encontra tanto discursos redigidos previamente quanto falas improvisadas. Na maior parte dos casos, há apartes de outros parlamentares, configurando debates nos quais se pode observar as relações entre as diversas lideranças (GRINBERG, 2009, p. 20).

Por meio dos Diários, pode-se focar a ótica parlamentar sobre como o Partido dos Trabalhadores construiu, delimitou e definiu a atuação dos deputados federais e dos senadores no Congresso Nacional em cada período histórico e no cotidiano político.

### **As expectativas partidárias: construindo o perfil do parlamentar**

Nos documentos pré-PT, a tese de “Santo André-Lins”, a Carta de Princípios, a Declaração Política e a Plataforma Política, encontram-se as primeiras definições

políticas do Partido dos Trabalhadores na luta contra o regime militar, contra o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e pela afirmação da organização política dos trabalhadores.

Naquele momento, para o Partido dos Trabalhadores, o capitalismo seria um sistema de governo de patrões, propício para que houvesse a luta, a conscientização e a mobilização dos trabalhadores. A conquista do poder político aconteceria por meio da sua independência política e partidária, e que não fosse um partido eleitoreiro, que simplesmente elegeisse representantes na Assembleia, Câmara e Senado, mas que, além disso e principalmente, fosse “um partido que funcione do primeiro ao último dia do ano todos os anos, que organize e mobilize todos os trabalhadores” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 48).

O partido surge como uma necessidade de participação política para os trabalhadores, afirmando sua autonomia perante a política do Estado e das elites, principalmente em relação ao MDB. O PT considerava o Movimento Democrático Brasileiro um partido de exclusiva atuação parlamentar, de composição heterogênea e de direção liberal e conservadora, sendo impermeável aos temas sociais e políticos de interesses dos trabalhadores. Em relação à participação e à autonomia política dos trabalhadores, a democracia formal e parlamentar que permanecia no regime autoritário seriam débeis e descomprometidas com os problemas que afligiam o povo. Nesse sentido, o PT proclamava “que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior, que é o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 53).

A presença na arena política nacional no fim dos anos de 1970 e na década de 1980, por meio dos movimentos sociais e institucionalmente, mostraria a existência de projetos políticos diferenciados entre os partidos que consideravam representar a sociedade e os trabalhadores brasileiros. Assim, é necessário entender o discurso do PT sobre o MDB<sup>4</sup> e o Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>5</sup> como uma arma no jogo da disputa entre as forças partidárias, porque o PCB sempre acreditou representar os trabalhadores e o MDB foi a oposição democrática no regime militar

que lutou por democracia, justiça social e nacionalismo, e restringiu o cenário político entre governo militar e oposição democrática, agregando forças anti-regime. A identidade política do PT entre os anos de 1980 e 1989 tentou romper concomitantemente com o período autoritário e com as tradições históricas, diferenciando-se do MDB, ao ressaltar os direitos dos trabalhadores como constituintes dos procedimentos democráticos fundamentais, e não os incluindo dentro dos direitos democráticos em geral. A disputa pela representação da sociedade e dos trabalhadores perpassou a década de 1980 com propostas gerais para a sociedade, e restritas para os trabalhadores, mostrando a existência de concepções políticas diferenciadas na arena política e nos movimentos sociais. O Partido dos Trabalhadores nos dois espaços demarcaria, construiria e consolidaria sua atuação e sua presença junto às greves, aos direitos sociais, às bandeiras e às conquistas dos trabalhadores na Assembleia Nacional Constituinte, e na oposição ao Colégio Eleitoral e ao pacto das elites, conforme veremos posteriormente.

O Partido dos Trabalhadores pretendia ampliar o debate político e construir uma nova concepção de democracia com as bases dos movimentos populares e o respeito às decisões das maiorias. “O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores não deseja portanto, apenas propor soluções provisórias e imediatas às massas trabalhadoras, mas antes criar as condições para uma luta de médio e longo prazo pela democratização real da sociedade e não apenas das atuais instituições políticas” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 56). As forças democráticas deveriam se unir em uma frente de massa para derrotar o regime ditatorial, dando respostas concretas às lutas dos trabalhadores diante das liberdades democráticas, das melhores condições de vida e de trabalho, e das questões nacionais. A reforma partidária que pretendia impedir a organização política dos trabalhadores foi criticada como artifício do regime militar para a manutenção do poder, e por isso “grande responsabilidade cabe a todos aqueles que tenham compromissos com a democracia, e, em especial, aos parlamentares, que poderão derrotar, pelo voto no Congresso Nacional, mais este crime contra o povo” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 60).

Com isso, os documentos pré-PT mostraram uma concepção crítica relativa às instituições políticas do regime militar, em que os parlamentares não se comprometeram com temas sociais e políticos do interesse dos trabalhadores, e por isso a primeira expectativa do partido para os futuros parlamentares seria que estimulassem e aprofundassem a organização dos trabalhadores. Os interesses dos trabalhadores deveriam ser demarcados diante das liberdades democráticas, principalmente porque o retorno à democracia não garantia a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Para o PT, era o momento para exigir os direitos dos trabalhadores, para o MDB e o PCB a luta deveria ser geral contra o arbítrio e o autoritarismo militar. Eram duas sinfonias que ecoavam sobre os anseios da sociedade e dos trabalhadores, demarcando o território político para consolidar a atuação partidária num período de transição.

A mobilização e a organização dos trabalhadores como força autônoma motivaria o PT a ser expressão política dos explorados, com estrutura interna democrática e apoiada em decisões coletivas contra um sistema econômico e político que beneficiava uma minoria de privilegiados. O partido se dispunha a lutar contra os mecanismos ditatoriais repressores e ameaçadores das liberdades civis, dos direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade. Para o PT, a democracia teria um significado singular, um valor permanente: o direito de livre organização dos trabalhadores, afirmaria “o verdadeiro caráter político da luta por liberdades democráticas que é, e continuará sendo, travada não apenas no Parlamento, mas sobretudo nos sindicatos, fábricas e bairros, como também no campo” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 70).

Assim, garantir a participação dos trabalhadores em um regime democrático requeria ter o direito de livre organização, sem as amarras opressoras do regime militar, sem o sufocamento dos sindicatos atrelados ao Ministério do Trabalho, e sem a violência contra as manifestações e as greves. Neste ponto, democracia seria sinônimo de livre organização dos trabalhadores.

O Partido dos Trabalhadores definia sua linha e seu plano de ação baseado nos interesses dos trabalhadores: liberdade de organização partidária e sindical,



desmantelamento dos órgãos de repressão política e fim da legislação de exceção, combate à política de arrocho salarial, melhores condições de vida, questão agrária, independência nacional e movimentos de defesa dos direitos das mulheres, dos negros e dos índios. O estatuto do PT definia como prioridade a construção dos compromissos nas bases e sua defesa pelos parlamentares petistas.

Art. 72º - As decisões importantes dos Diretórios e das Bancadas deverão ser tomadas após consulta aos Núcleos de Base do Partido, nos termos dos artigos seguintes.

Art. 74º - Nessas mesmas reuniões, a que se refere o artigo anterior, o líder da Bancada correspondente, ou seu substituto, apresentará previsão dos projetos de maior significação que os parlamentares pretendem apresentar ou serão chamados a votar em um futuro próximo.

Art. 75º - Ainda nas reuniões citadas no artigo anterior, será apresentada lista das questões mais importantes que os Núcleos de Base sugerem a consideração das Bancadas e órgãos de Direção (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 89-90).

Preocupado em ser o representante da classe trabalhadora, o PT dedicou seus primeiros anos de atuação partidária à tentativa de ressaltar a importância política do partido para os trabalhadores. Os núcleos, os encontros democráticos com os movimentos populares, a indicação de candidatos, a realização de debates, o apoio aos dirigentes sindicais, e as reivindicações contra o desemprego e a política econômica do governo seriam as lutas iniciais do partido. A expectativa para que os trabalhadores considerassem o PT um partido representante dos seus interesses motivaria os parlamentares a direcionar a atuação política em relação às greves, ao movimento Diretas Já!,<sup>6</sup> ao Colégio Eleitoral e aos direitos da classe trabalhadora na Assembleia Nacional Constituinte.

### **A relação entre o PT e as bancadas parlamentares na inserção institucional**

A década de 1990 iniciaria para o PT com a derrota na eleição presidencial de 1989 do candidato do partido, Luiz Inácio Lula da Silva, para Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), e com o aumento do número de

parlamentares no Congresso Nacional nas eleições de 1990, consolidando a inserção institucional do Partido dos Trabalhadores no Congresso Nacional.

Durante o 1º Congresso, realizado entre os dias 27 de novembro e 1º de dezembro de 1991, no Pavilhão Vera Cruz em São Bernardo do Campo, o PT definiria sua relação com os governos e os legislativos, se posicionando como uma alternativa real de governo e buscando sua ampliação institucional por meio de bancadas parlamentares e de prefeituras. Para o Partido dos Trabalhadores, o crescimento da participação institucional deveria ocorrer concomitantemente a uma mudança de mentalidade partidária, de dirigentes, de personalidades públicas e dos detentores de mandatos eletivos, os quais deveriam ter um proporcional sentido de responsabilidade, de ética, de disciplina, de controle e de compromisso com as normas regimentais do partido.

A atuação do parlamentar petista deve encarnar e representar não apenas um projeto individual, mas o projeto coletivo do Partido. O candidato petista a cargo eletivo deve ter demonstrado, ao longo de sua prática social, um compromisso com as lutas políticas e sociais desenvolvidas pelo Partido e com a luta geral dos trabalhadores e demais setores oprimidos da sociedade, expressando a compreensão de que a luta dos trabalhadores não se limita, nem se esgota, no campo parlamentar (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 530-531).

O PT definiria os meios de se alcançar o seu objetivo, a conquista do Governo Federal. Isto ocorreria por meio da ação dos parlamentares, de prefeituras, da indicação orgânica das candidaturas e do exercício do mandato partidário.

Neste momento, a proposta de mudança partidária ocorreria para que a ação de dirigentes, de personalidades e de mandatários fosse coerente junto à sociedade brasileira. A intenção de reformular sua arquitetura institucional mostraria a tentativa do PT em diferenciar seus partidários. As escolhas de dirigentes, de personalidades públicas, de deputados estaduais e federais, de senadores e de prefeitos como exemplos para serem mais responsáveis, mais éticos e mais disciplinados significariam que o Partido dos Trabalhadores considerava a

responsabilidade, a ética e a disciplina partidária insuficiente até o início da década de 1990.

Aos eleitores e aos militantes, a responsabilidade, a ética e a disciplina partidária seriam diferenciadas, o que significaria a forma desigual do PT em relacionar com todos os partidários. Ao direcionar suas expectativas aos dirigentes, as personalidades públicas, aos parlamentares e aos prefeitos, o Partido dos Trabalhadores iniciaria a década de 1990 com o objetivo de priorizar os mandatos eletivos na estrutura partidária e concomitantemente se afastaria dos seus militantes. O projeto político partidário estaria compromissado com a luta dos trabalhadores, mesmo que estes aos poucos não fossem a prioridade do partido.

Neste ponto, Carlos Alberto Marques Novaes (1993) mostraria que o PT, no início da década de 1990, teria problemas de burocratização para alcançar a eficiência dos interesses partidários, o que levaria a ação autônoma da Direção Nacional, sem a consulta aos movimentos sociais. As eleições na década de 1990 consolidariam a posição hierárquica do partido sobre os movimentos sociais com abrangência nacional e institucional, por meio da remuneração de seus militantes para ação nas instituições do Estado. As mudanças no partido se fortaleceriam na negociação como método político e no aumento do controle sobre os parlamentares, como temor de “uma burocracia consolidada ou em vias de consolidação, que tende a ver a mobilidade das lideranças com apelo popular como ameaça tanto às suas posições na estrutura do partido quanto à realização de suas ambições impessoais da ocupação dos espaços institucionais” (NOVAES, 1993, p. 233). O PT insistiria na ampliação da cidadania dos trabalhadores e lutaria para não se tornar prisioneira da profissionalização política, “um partido programático motivado a redesenhar a face institucional do país” (NOVAES, 1993, p. 236).

As eleições nos anos de 1989 e 1990 mostrariam a necessidade de mudanças no programa partidário. As transformações ocorreriam na burocratização<sup>7</sup> na remuneração dos militantes para atuação nas instituições do Estado, no controle dos mandatos dos parlamentares, na profissionalização política e na negociação como

método político. As mudanças se consolidariam e o partido priorizaria a luta institucional e a conquista do Estado.

O primeiro desafio institucional do Partido dos Trabalhadores seria o processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello.<sup>8</sup> Atores políticos e sociais entenderiam a crise do Governo Federal de maneiras diferentes: em parte, o grande capital industrial reclamaria do acelerado processo de abertura comercial; o grande capital bancário e financeiro estaria insatisfeito pela morosidade na desregulamentação da economia; o movimento popular e sindical reclamaria da desvalorização salarial e do desemprego; os estudantes reclamariam pelo confisco da poupança etc.

No ano de 1991 pairava uma perspectiva de risco institucional na defesa do “Fora Collor!”, com a possibilidade de golpe pela direita civil ou pelos militares, o que restringiria até o ano de 1992, a defesa do PT pelo *impeachment*. Em fevereiro desse ano haveria uma proposta de plebiscito e em março as críticas se direcionariam para o sistema de governo, a corrupção, os efeitos da política econômica e as alianças com os partidos de oposição. Nos meses de maio e junho o partido apoiaria a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito, em julho o *impeachment* já estaria na pauta do Congresso Nacional, e em agosto haveria a proposta de constituição do novo governo.

As propostas da Comissão Executiva Nacional do PT para o *impeachment* seriam ou o afastamento de Collor pela via constitucional e a posse do vice-presidente como solução para a crise ética governista ou, a luta contra o projeto neoliberal como alternativa global para o país e a realização das eleições gerais. A proposta escolhida seria a via constitucional.

Tudo se passava como se as raízes profundas dos problemas sociais existentes no Brasil pudessem ser solucionadas a partir da luta moralista contra a corrupção no governo. No entanto, ao enfatizar o combate moralista contra o governo, conferia-se uma suposta universalidade a essa luta e, com isso, mascarava-se o conteúdo de classe das propostas em confronto (MARTUSCELLI, 2005, p. 99).

A crise do Governo Collor e a tática do PT no discurso do *impeachment*, limitar-se-ia a um discurso sobre moralidade e corrupção, e ignoraria a crítica ao neoliberalismo. Para o autor, o partido participaria do movimento em torno do *impeachment* e da denúncia da política recessiva, comportamento político que poderia ser considerado “como um indicador do processo de aceitação passiva, por parte do PT, das propostas neoliberais” (MARTUSCELLI, 2005, p. 3).

Nesta perspectiva, o Partido dos Trabalhadores restringiria sua atuação durante a crise do Governo Collor a uma postura crítica, amparada em uma concepção ética, moral e denunciante do conflito familiar de Collor. A omissão partidária da crítica direcionada para o neoliberalismo, a corrupção e o fisiologismo mostraria a defesa da retirada do presidente Collor pela solução constitucional. O partido acreditaria que o afastamento presidencial representaria a derrota da prática neoliberal no país, e se limitaria a corrigir os erros do presidente deposto.

No início da década de 1990 os partidos de esquerda estariam focados na crise do socialismo internacional, relegando para plano secundário as ações da oposição neoliberal. O colapso do comunismo internacional mudaria a perspectiva de atuação política das esquerdas na década de 1990, quando a crise dos valores comunistas mobilizaria o discurso nacionalista, o deslocamento da orientação internacionalista e proletária, e o aprofundamento das políticas neoliberais, “um dos efeitos deste processo para os partidos de esquerda no mundo foi terem tomado para si parte dos projetos que anteriormente caracterizavam governos nacionalistas de direita e da social-democracia” (DIAS, 2002, p. 9).

No Brasil as esquerdas utilizariam a defesa da democracia como método de ação política na década de 1990. A democracia moderna não teria mais o caráter de classe e continuaria neutra em relação ao Estado, à iniciativa privada e aos trabalhadores. Por se adaptar ao capitalismo, a democracia no discurso das esquerdas seria limitada e limitadora, pois não garantiria uma sociedade sem exploradores e sem desigualdades sociais e permaneceria na tentativa de conjugar liberdade e igualdade por meio da luta parlamentar que seria diferentemente utilizada pelos partidos de esquerda. Para Toledo (1994), as esquerdas

reivindicariam na democracia uma postura defensiva, sem crítica à democracia representativa “burguesa”: “a esquerda democrática, ao evitar ou silenciar-se sobre a questão da ruptura política, não deixa de fazer ampla concessão ao pensamento liberal e social-democrata” (TOLEDO, 1994, p. 135).

As esquerdas, principalmente o Partido dos Trabalhadores, revisariam os métodos de atuação política no início da década de 1990, com a valorização da democracia institucional e representativa, e sua radicalização como meio e fim; a ampliação das bases sociais; a aceitação da negociação; e do diálogo como métodos políticos para a garantia dos direitos dos trabalhadores. A revisão realizada pelo PT negaria os métodos praticados pelo partido na década de 1980, tais como o não à negociação política realizada no Colégio Eleitoral e a exigência intransigente da atuação do Governo Federal favoravelmente às greves e aos trabalhadores brasileiros. A revisão concebida pelo Partido dos Trabalhadores priorizaria a luta parlamentar como método de ação partidária, que garantiria os direitos sociais, dos trabalhadores, das greves e da luta contra o neoliberalismo, e se afastaria dos movimentos populares e sindicais. O Parlamento como espaço de socialização e luta política seria o local em que o PT negociaria, dialogaria e mediria forças com os adversários políticos, principalmente com os neoliberais durante toda a década de 1990 no Brasil.

No 9º Encontro Nacional, realizado entre os dias 29 de abril e 1º de maio de 1994, no Congresso Nacional em Brasília, o PT definiria como resolução sobre fidelidade partidária, a necessidade dos mandatos executivos ou parlamentares serem mandatos partidários. Os parlamentares eleitos estariam a serviço do programa do Partido dos Trabalhadores, da prática cotidiana das decisões, dos cumprimentos coletivos, e da subordinação das bancadas parlamentares às instâncias decisórias do partido.

§ 4º - Os candidatos a cargos eletivos pelo PT, considerando o caráter partidário do seu mandato, reconhecem ao Partido dos Trabalhadores o direito de tomar todas as medidas necessárias para manter esse mandato contra eventuais decisões dos eleitos que, fraudando a vontade do eleitorado, por qualquer razão, rompam com

o programa pelo qual foram eleitos e decidam não permanecer no Partido.

§ 5º - O parlamentar que desobedecer a deliberações ou resoluções legitimamente estabelecidas pelas instâncias dirigentes do Partido poderá perder o mandato, por deliberação do Encontro respectivo, cabendo recursos às instâncias superiores (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 607).

Neste ponto, o Partido dos Trabalhadores reforçaria a necessidade da aceitação dos parlamentares petistas, do mandato partidário. O partido se resguardaria novamente de abandonos ou desligamentos voluntários de parlamentares ou executivos petistas, como no caso de Luíza Erundina, convidada pelo presidente Itamar Franco para participação no Governo de união nacional. Erundina se desligaria do PT e participaria do ministério do Governo Federal no ano de 1993. Aos parlamentares não haveria diferenciação com relação à fidelidade partidária, deveriam participar, respeitar e cumprir as decisões coletivas, afinal o deputado federal ou senador fora eleito para o Partido dos Trabalhadores e não teria o direito de se transferir para outro partido, o que geraria a perda de uma vaga no Senado ou na Câmara dos Deputados para o PT. Em tese, o partido se resguardaria do direito de manter o número dos seus parlamentares para atuação política na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e consolidaria a falta de espaço no PT para as decisões individuais, para a carreira política individualizada e para a defesa dos interesses particulares.

### **A relação entre o Governo Federal petista e os parlamentares: autonomia e apoio**

No II Congresso Nacional, realizado em Belo Horizonte, entre os dias 24 e 28 de novembro de 1999, o PT definiria a necessidade de fortalecimento do espaço público, espaço no qual a sociedade deveria criar “novos” direitos e de ampliação da democracia, conjuntamente com a representação parlamentar. Para o partido, o Estado democrático de Direito deveria permitir e unir o experimentalismo político da democracia representativa – luta institucional – e da democracia direta – luta social – constituindo-se em espaços políticos para derrotar o Governo Federal do PSDB, “especialmente nos parlamentos, aprofundando denúncias, bloqueando

iniciativas antipopulares e apresentando propostas alternativas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 21).

O Partido dos Trabalhadores tentaria romper a inércia existente entre a instituição e a sociedade brasileira, com as divisões internas no partido, na CUT, na UNE e na CMP, para a superação dos desafios. Internamente, a reafirmação da subordinação dos parlamentares, das propostas, dos projetos de lei e do mandato as decisões partidárias mostraria o temor do PT na perda dos mandatos e da política personalista que privilegiasse o candidato e ignorasse a instância partidária.

72. As bancadas terão seu representante nos diretórios e respectivas executivas; no Diretório Nacional e na CEN a representação será do líder no Senado e na Câmara Federal. As bancadas de parlamentares (que são instâncias do partido) estão subordinadas às instâncias de direção partidária, aos princípios programáticos do PT e devem observar todas as Resoluções adotadas pelos Diretórios correspondentes e demais instâncias superiores do partido. As propostas de políticas públicas do partido, bem como os projetos de lei dos parlamentares, devem ser elaboradas conjuntamente, envolvendo os parlamentares, os dirigentes, as secretarias e respectivas assessorias. O parlamentar, desde sua indicação como pré-candidato a cargo legislativo reconhece que todo mandato eletivo pertence ao partido e que suas instâncias poderão adotar as medidas necessárias para reter esse mandato quando deixar a legenda ou dela for desligado. A candidatura nata no PT não existe. Todo parlamentar petista deve combater com rigor qualquer privilégio ou regalia decorrente do cargo que ocupa (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 28-29).

No 12º Encontro Nacional, realizado no Centro de Convenções de Pernambuco em Olinda, entre os dias 14 e 16 de dezembro de 2001, o PT mostraria a relevância das eleições na Câmara e no Senado, no ano de 2002, para dar viabilidade ao futuro governo de esquerda e para construir um programa alternativo que superaria os impasses políticos, econômicos e sociais do país. A representação parlamentar se constituiria em uma força capacitada para atuar na ruptura com o neoliberalismo, na defesa das reformas, do desenvolvimento autônomo, da justiça social e da participação democrática. Para o Partido dos Trabalhadores, haveria necessidade de “construir uma candidatura e um programa de governo que possam



viabilizar um novo governo para o Brasil, com uma nova maioria parlamentar, que sustente as grandes mudanças históricas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001b, p. 13).

No 13º Encontro Nacional realizado em São Paulo entre os dias 28 e 30 de abril de 2006, o PT destacaria o desgaste partidário na sociedade brasileira, entre os anos de 2005 e 2006, como o único critério da oposição para debilitar o partido e o Governo Federal petista. A continuidade da luta partidária contra o poder econômico nas eleições seria necessária e “nossas bancadas no Congresso Nacional devem se empenhar firmes e determinadas pela aprovação do financiamento público de campanha, ainda nesta legislatura” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 32). Para o Partido dos Trabalhadores, os erros cometidos com o gasto de 20 milhões nas campanhas eleitorais no ano de 2004, as “caixas de campanha” e o “caixa dois” mostrariam a urgência na continuidade da luta partidária contra a corrupção e a apropriação de bens e recursos públicos, “as acusações de corrupção contra membros do partido devem ser investigadas, garantida ampla defesa, e, havendo comprovação, cabe punição rigorosa” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 34).

Para o partido, a apuração da crise interna no ano de 2005, provocado pelas práticas inaceitáveis de financiamento de campanhas e de promiscuidade na relação interpartidária, seria relevante para a autocrítica partidária no discurso e na prática, impulsionando a união da militância, reconhecendo a herança corruptora e as falhas estruturais do Estado brasileiro, “revalorizando a luta social como dimensão fundamental de nossa estratégia; reafirmando a autonomia do Partido frente ao governo e às instituições do Estado; acentuando a luta ideológica e política das classes trabalhadoras contra a direita e suas práticas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 35).

Para as eleições no ano de 2006, a retomada do debate programático contribuiria para a definição dos desafios e dos caminhos para o futuro do país. A participação dos parlamentares petistas, do campo democrático, popular, progressista e socialista seria importante para a análise do capitalismo moderno e

para a realização da transição do modelo econômico e social brasileiro. A recuperação do Governo Federal nas eleições no ano de 2006, pela oposição neoliberal, seria inviabilizada pelo PT, quem teria o apoio da base popular, da militância, da eleição do presidente da Câmara dos Deputados e dos resultados da política governista. Para o Partido dos Trabalhadores, a força partidária seria corroborada com “a vitória de candidaturas petistas e de nossos aliados de esquerda, nas eleições para governos estaduais, Senado, Câmara dos Deputados e assembleias legislativas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 42).

A prioridade da luta parlamentar para as denúncias e os bloqueios as propostas neoliberais mostrariam a falta de definição política do Partido dos Trabalhadores aos seus parlamentares, exigindo alternativas para as soluções dos problemas brasileiros. As expectativas partidárias diante dos parlamentares mostrariam a amplitude das tarefas políticas exigidas pelo PT, o que demonstraria a indefinição do projeto político para o país, com as mudanças históricas, o rompimento com o neoliberalismo, a justiça social e a participação democrática. O Partido dos Trabalhadores não conseguiria definir os métodos para romper com o neoliberalismo, para realizar a justiça social, para possibilitar a participação democrática e para concretizar as mudanças históricas, que significaria a historicidade do projeto anteriormente a sua efetividade na política brasileira. A corrupção dos partidários, o distanciamento dos movimentos sociais, a herança corruptora do Estado brasileiro, a defesa de propostas para mudanças políticas e eleitorais, e a autonomia partidária diante do Governo Federal, constituiriam a tentativa de autocrítica do PT sobre a crise do mensalão. A indefinição do projeto partidário faria com que a corrupção na política fosse considerada como falha do Estado, e a reforma política seria suficiente para solucionar os problemas eleitorais e políticos. O reconhecimento do apoio social para a vitória do Partido dos Trabalhadores e o impedimento dos neoliberais de retornarem ao Governo Federal mostraria a insuficiência do projeto político partidário, em considerar transitório o modelo econômico e social brasileiro, sem definição de qual seria e como seria realizado o projeto partidário para o país.

A construção do projeto público, desenvolvimentista e social para o país, teria sido realizada sob os olhos republicano e nacional, que continuaria com a proposta da inclusão de todos, ignorando a existência da desigualdade política, econômica e social no país e nivelando a heterogênea sociedade brasileira em sentimentos abstratos como República e Nação.

O Governo Federal petista foi analisado com as seguintes análises: influência da hegemonia burguesa por Valter Pomar (2005), o enraizamento na sociedade em meio à crise do mensalão por Daniel Aarão Reis (2007), o taticismo empírico e a obrigação pela chegada ao poder por João Marcelo Ehlert Maia (2007), o apelo generalista e a prática social-democrática por Pedro José Floriano Ribeiro (2008), o impacto da crise do mensalão na revista *Teoria & Debate* por Erilene Araújo (2008) e a estabilidade econômica e a fragilidade da ampliação de alianças por David Fleischer (2009).

O partido, o Governo Federal e a crise do mensalão teriam interpretações diferenciadas por parte dos autores acima citados. A mudança partidária, com a valorização do crescimento econômico, e o abandono e a conversão do socialismo em nacional-desenvolvimentismo, teria consolidado a subordinação partidária à hegemonia burguesa e aos projetos de combate à exclusão. O Governo Federal petista teria se definido pelas causas populares, o atendimento das demandas materiais e simbólicas dos pobres, e as políticas distributivas e atenuadoras das desigualdades. Na crise do mensalão, as interpretações considerariam a necessidade de revisão e de reformulação partidária, da crítica ao taticismo empírico e ao enfraquecimento das decisões internas do PT, da subordinação dos princípios históricos partidários ao pragmatismo governista, da adaptação e da alteração partidária realizada pela Direção Nacional e da proposta incompetente e corruptora do partido político constituído nacionalmente.

As análises realizadas ficariam entre o imediatismo e a historicidade das mudanças ocorridas no Partido dos Trabalhadores. Para os imediatistas, como Erilene Araújo (2008) e David Fleischer (2009), a ética e a moral seriam critérios ignorados pelo Governo Federal e pelo Partido dos Trabalhadores na crise do

mensalão no ano de 2005, o que desconstruiria a imagem pública construída pelo PT. A análise imediatista não entenderia que a ética e a moral não foram critérios defendidos intransigente e cotidianamente pelo PT entre os anos 1980, 1990 e 2000. A ética seria ressaltada pelos parlamentares petistas em casos esporádicos, e precisaria ser contextualizada para não se transformar em um simplismo conceitual.

A perspectiva histórica tentaria localizar as mudanças acontecidas no PT e no Governo Federal. Para Pomar (2005), as mudanças aconteceriam entre as décadas de 1980 e 1990, com o abandono do socialismo e a valorização do crescimento econômico; Ribeiro (2008) afirmaria a responsabilidade das mudanças realizadas pela Direção Nacional a partir de 1995, que abriria o partido para a sociedade brasileira. Para Maia (2007), as mudanças aconteceriam por causa da necessidade de governar o país, e para Reis (2007), a falta de um projeto político do Governo Federal para o país se transformaria em um perfil político comprometido com as causas populares e as políticas atenuadoras das desigualdades na sociedade brasileira. A análise histórica localizaria decisões e escolhas políticas que responsabilizariam coletivamente o Governo Federal e o Partido dos Trabalhadores pelas mudanças e pelas indefinições nos projetos políticos para o país.

Assim, a perspectiva histórica buscaria fontes sólidas para analisar as mudanças internas realizadas pelo PT e pelo Governo Federal, e fugiria do simplismo conceitual da crítica direcionada ao Partido dos Trabalhadores, de traição aos “princípios históricos” ou de uma corrupção nacionalmente construída pelo partido. Contudo, as duas perspectivas não analisaram a relação entre o Governo Federal e os parlamentares petistas, proposta que examinaremos com o objetivo de compreender a atitude de deputados federais e de senadores do PT em relação aos projetos e as decisões políticas do Governo Federal.

O apoio dos parlamentares petistas ao projeto político e aos programas sociais implantados pelo Governo Federal do PT entre os anos de 2003 e 2006 incluiria as áreas social, econômica, da educação, energética, agrária, da saúde, esportiva e geológica.<sup>9</sup> Os objetivos dos projetos políticos e dos programas sociais defendidos pelos parlamentares petistas seriam acabar com a fome no país, produzir

alimentos, gerar empregos, realizar a reforma agrária, aumentar a produtividade do agricultor, inclusão social, aumentar o salário mínimo, incentivar o crescimento e a estabilidade econômica, melhorar a distribuição de renda, efetivar a justiça e a cidadania para todos.

As mudanças do Governo Federal do PT aconteceriam, com o apoio dos parlamentares petistas, sem prazo e sem pressa para efetivá-las. Os deputados federais e os senadores petistas construiriam grandes e otimistas expectativas em relação à atuação do Executivo entre os anos de 2003 e 2006. A crença nas soluções democráticas e no Estado desenvolvimentista limitaria os parlamentares petistas ao consentimento das políticas públicas defendidas pelo Governo Federal petista. O apoio às propostas econômicas e sociais do Executivo por parte dos deputados federais e dos senadores petistas negligenciaria a política como parte integrante do país.<sup>10</sup>

Para Paulo Paim, o erro do PT seria não ter se separado do Governo Federal após a eleição para presidente em 2002, o que feriu os valores e os ideais do partido. O Executivo erraria por não dialogar com a base de apoio no Congresso Nacional, em uma atitude de desconhecimento e de negação dos partidos aliados, com seus projetos para a sociedade brasileira. Para o senador, o Governo Federal deveria aprimorar e valorizar a base de apoio e melhorar o diálogo com os parlamentares da situação e da oposição. A participação do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal deveria ter acontecido por meio do debate qualificado com o Executivo e com os partidos aliados e pela negativa a submissão das propostas governistas.

O PT errou, o Governo também errou. Somos o principal Partido da base do Governo, mas não somos o Governo. Nosso Partido deveria ter dito: “Somos da base do Governo, sim, lutaremos pelos nossos pontos de vista dentro do Governo e acompanharemos tudo o que for possível no Governo. Mas, em relação a algumas questões – que são históricas bandeiras do PT –, continuaremos a defendê-las”. Podemos ser um Partido da base sem nos negarmos a fazer uma discussão qualificada com o Governo e com a sua composição, que é muito ampla.<sup>11</sup>

A crença nos erros partidários e governistas mostraria que a submissão do PT aos objetivos do Governo Federal não teria contribuído para atuação do partido no Congresso Nacional. Se submeter às definições políticas governistas representaria a fragilidade da autonomia do projeto político do Partido dos Trabalhadores para o país. A solução para a crise interna no partido seria a necessidade de diálogo, de negociação e de entendimento entre o Governo Federal, o PT e o Congresso Nacional, para que houvesse a separação dos objetivos de cada ator político e que pudessem expressar os projetos políticos para o país.

### **Considerações finais**

Este texto teve como objetivo identificar a função parlamentar no Partido dos Trabalhadores, por meio das resoluções partidárias entre os anos de 1980 e 2006, perpassando por mudanças e continuidades na prática e no projeto político para os trabalhadores, o povo e a sociedade brasileira.

O direcionamento da função parlamentar pelo PT durante os 26 anos analisados em três momentos distintos mostra as expectativas partidárias para que a atuação dos congressistas seja a mais fiel as definições do partido. Não haveria passividade parlamentar em relação ao PT, a exemplo das reformas sociais e estruturais defendidas no plenário da Câmara dos Deputados e do Senado, que tiveram poucas orientações partidárias. Mesmo sem a definição explícita deste norte, os deputados federais e senadores lutaram incessantemente contra as reformas neoliberais na década de 1990, não obstante as tenham apoiado nos anos 2000.

Os discursos dos parlamentares petistas entre 1983 e 2006 mostraram como o Partido dos Trabalhadores atuou na história política institucional do país, principalmente por meio da capacidade de crítica e de resolução de temas relativos aos trabalhadores, aos cidadãos e à sociedade brasileira, considerando como seus representantes. Os parlamentares petistas seguiram, não obstante houvesse divergências e limitações entre a perspectiva parlamentar e a proposta partidária, as orientações e as resoluções de encontros e congressos do Partido dos Trabalhadores.

O processo de mudança partidária sob a sua base eleitoral, iniciando com os trabalhadores, permitindo uma abertura para o povo e se consolidando com a sociedade e o cidadão brasileiro, esteve presente nos discursos dos deputados federais e dos senadores petistas.

Enfim, a expectativa é de que o texto contribua para a análise dos partidos políticos por meio das orientações partidárias direcionadas para os parlamentares, que construiriam uma identidade partidária nos espaços de luta política como o Congresso Nacional. A função parlamentar é parte importante da identidade partidária, quando corrobora e acrescenta as propostas e aos projetos do Partido dos Trabalhadores expectativas, objetivos e projetos individuais de cada congressista. A abertura ao uso dos discursos parlamentares pode contribuir para a análise da política por meio da compreensão dos temas defendidos pelos partidos para os fatos na política do país.

## Referências

AMARAL, Oswaldo. **A estrela não é mais vermelha**: as mudanças do programa petista nos anos 90. São Paulo: Editora Garçon, 2003.

ARAÚJO, Erilene. **O “partido partido”**: a cobertura da crise política do PT e do governo Lula em 2005 na pauta de *Teoria e Debate*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERBEL, Márcia Regina. **Partido dos Trabalhadores**: tradição e ruptura (1978-1980).

Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BRANDÃO, Marco Antônio. **O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores**: a história de uma utopia (1979-1994). São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2003.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital** – crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese (Doutorado

em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Niterói, 2005.

COSTA, João Bosco Araújo. **O imaginário político do Partido dos Trabalhadores: o petismo, o sistema representativo e o poder local.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

CRUZ, Glauber Eduardo Ribeiro. A luta parlamentar do movimento Diretas Já: o vazio historiográfico sobre a atuação dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores. **Temporalidades**, v. 9, p. 232-247, 2017.

CRUZ, Glauber Eduardo. A atuação do Partido dos Trabalhadores nos casos Colégio Eleitoral e Mensalão: das orientações partidárias as propostas individualizadas. **Revista de História Bilros**, v. 5, p. 87-116, 2017.

DIAS, Rodrigo. **A esquerda brasileira no contexto do fim da guerra fria.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2002.

DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil.** 1. ed. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1986. 230 p.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

FLEISCHER, David. A democracia brasileira sob o governo Lula e do PT. In: ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antonio. **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada.** São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009. p. 239-271.

GRINBERG, Lúcia. **Arena – partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (1965-1979).** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GUIMARÃES, Juarez R. **Claro Enigma: O PT e a Tradição Socialista.** Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas-SP, 1990.

GUIOT, André Pereira. **Um ‘Moderno Príncipe’ para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2006.

HIPPOLITO, Lúcia. **De raposas e reformistas: o PDS e a experiência democrática brasileira (1945-1964).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 328 p.



IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 582p.

KECK, Margareth E. **PT: A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia Brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. **O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem?** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **As armadilhas da moralidade: o PT e a República. Desigualdade & Diversidade (PUCRJ)**, v. 1, p. 83-97, 2007.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado (1980-2005)**. In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 239-288.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **A crise do Governo Collor e a tática do PT**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2005.

MELO, Ana Lúcia Aguiar. **A Ação Política do Partido dos Trabalhadores e a Busca do Equilíbrio. Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas**, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS, v. 11, n. 2, p. 47-60, 1998.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido, 1979-1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Partido e sociedade: a trajetória do MDB**. Ouro Preto: UFOP, 1997.

NOVAES, Carlos Alberto Marques. **PT: dilemas da burocratização. Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 35, 1993, pp. 217-218.

OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. **Trabalho e política: as origens do Partido dos Trabalhadores**. Petrópolis: Vozes, 1987.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1995.

POMAR, Valter Ventura da Rocha. **A metamorfose: programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

RANINCHESKI, Sônia; CORDEIRO, Nathália R. Democracia processual ou participativa: a visão do PSDB e PT na câmara dos deputados do Brasil. **Revista Debates** (UFRGS), v. 2, p. 213-244, 2008.

REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. (orgs.). **As esquerdas no Brasil – Revolução e democracia (1964-...)**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 503-540.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. **Um Partido em Mutação**: a transformação do PT e seus reflexos sobre as campanhas presidenciais (1989, 2002). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004B.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. **Dos sindicatos ao governo**: a organização nacional do PT de 1980 a 2005. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

TAROUÇO, Gabriela. **O Partido da Frente Liberal**: trajetória e papel no sistema político. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1999.

TOLEDO, Caio Navarro. As esquerdas e a redescoberta da democracia. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 127-136.

### **Fontes**

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores**. Belo Horizonte: PT, 1999.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções do 12º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: PT/FPA, 2001b.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções do 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: PT/FPA, 2006.

**RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

Artigo recebido em 28 de dezembro de 2017. Aprovado em 26 de fevereiro de 2018.

---

## Notas

<sup>1</sup> “A escolha da bancada de deputados federais como objeto específico de abordagem decorre do fato de o Congresso Nacional – e mais ainda a Câmara dos Deputados, cuja missão constitucional é representar o povo – ser um *locus* privilegiado para discutir o problema da representação e, mais especificamente, as relações entre políticos e bases eleitorais, com o conseqüente debate sobre estratégias de conexão eleitoral” (LEAL, 2005, p. 27).

<sup>2</sup> Afinal, “uma das dimensões cruciais da experiência é o processo de construção de sentido por parte dos sujeitos” (COELHO, 2005, p. 47).

<sup>3</sup> Os Diários do Congresso Nacional foram publicados a partir de 1º de agosto de 1953. Em 1995 ocorreu o desmembramento dos Diários do Congresso Nacional em Diários da Câmara dos Deputados publicados a partir de 2 de outubro de 1995 e Diários do Senado Federal publicados a partir de 3 de outubro de 1995.

<sup>4</sup> Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Partido e sociedade: a trajetória do MDB**. Ouro Preto: UFOP, 1997.

<sup>5</sup> Ver: PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1995.

<sup>6</sup> Ver: CRUZ, Glauber Eduardo Ribeiro. A luta parlamentar do movimento Diretas Já: o vazio historiográfico sobre a atuação dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores. **Temporalidades**, v. 9, p. 232-247, 2017.

<sup>7</sup> Ver: NOVAES, Carlos Alberto Marques. PT: dilemas da burocratização. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 35, 1993, pp. 217-218.

<sup>8</sup> Ver: MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **A crise do Governo Collor e a tática do PT**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2005.

<sup>9</sup> Na área social: Fome Zero, Programa Nacional de Acesso à Alimentação, Bolsa Família, homologação de terras indígenas e Programa de Habitação Popular.

Na área econômica: Primeiro Emprego, a recriação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), recuperação da indústria naval, relançamento do Programa Cresce Nordeste, PROAQUA Norte e o PESCART Norte, Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), criação da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio e da Reserva Extrativista Verde para Sempre, fortalecimento da micro e pequena empresa e Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes (PNETE).

Na área educacional: o Brasil Alfabetizado e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Na área energética: Programa de Incentivo às Fontes Alternativas, Luz para Todos e Programa Nacional de Biodiesel.

Na área agrária: Plano Safra, Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Na saúde: Farmácia Popular do Brasil, Programa Saúde da Família, Programa de Agentes Comunitários de Saúde, Plano Saúde Amazônia, Plano Nacional de Eliminação da Hanseníase, Programa Brasil Sorridente e Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU).

Na área geológica: Programa Geologia do Brasil

Na área esportiva: a Política Nacional do Esporte com os programas Segundo Tempo e Pintando a Liberdade.

---

<sup>10</sup> Para uma análise sobre o caso Mensalão ver: CRUZ, Glauber Eduardo. A atuação do Partido dos Trabalhadores nos casos Colégio Eleitoral e Mensalão: das orientações partidárias as propostas individualizadas. **Revista de História Bilros**, v. 5, p. 87-116, 2017.

<sup>11</sup> Diário do Senado Federal. 7/9/2005, p. 30372.